Terça-feira, 23 de abril de 2019 Diário Oficial Poder Executivo

Educação

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SE-16, de 18-4-2019

Estabelece normas relativas à Bonificação por

Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar

1.078, de 17-12-2008

O Secretário da Educação, à vista do disposto na Lei Complementar

1.078, de 17-12-2008, e na Resolução Conjunta CC/

SG/SF/SPG 10, de 27-12-2018, resolve:

CAPÍTULO I

Do Direito à Percepção da Bonificação por Resultados- BR

Artigo 1º - A Bonificação por Resultados - BR será paga ao

servidor das unidades de ensino ou administrativas da Secretaria

da Educação que tenha participado do processo para cumprimento

das metas, com pelo menos 2/3 (dois terços) de efetivo

exercício no período de avaliação.

Parágrafo único - Obedecido ao disposto no caput deste

artigo e nos termos desta resolução, a Bonificação por Resultados

- BR também será paga ao servidor que, durante o período

de avaliação:

1. ingresse ou passe a ter exercício na Secretaria da Educação;

2. seja afastado ou transferido das unidades administrativas

da Secretaria Educação;

3. venha a se aposentar ou falecer, ou tenha sido exonerado

ou dispensado.

Artigo 2º - A Bonificação por Resultados - BR será devida

também ao servidor que conte com pelo menos 2/3 (dois terços)

de dias de efetivo exercício no período de avaliação, nos

termos do inciso VI do artigo 4º da Lei Complementar 1.078

de 17-12-2008, na forma estabelecida em decreto, e que se

encontre afastado:

I - com fundamento na Lei Complementar 343, de 06-01-

1984; e

II - para os fins do Programa de Ação de Parceria Educacional

Estado-Município.

Artigo 3º - Na determinação da participação do servidor no

processo para cumprimento das metas a que se refere o artigo

1º desta resolução deverão ser desprezadas as frações dos dias

de efetivo exercício.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

Dos Critérios para Cálculo da Bonificação por Resultados

- BR

Artigo 4º - A Bonificação por Resultados - BR será paga na

proporção direta do cumprimento das metas do indicador global

definido para cada unidade de ensino ou administrativa onde

o servidor estiver desempenhando suas funções, observado o

disposto no caput do artigo 1º desta resolução.

Artigo 5º - O cumprimento de cada meta, de que trata o artigo

4º desta resolução, será apurado pelo Índice de Cumprimento

de Metas - ICM, conforme definido na Resolução Conjunta CC/

SG/SF/SPG 10, de 27-12-2018.

Artigo 6º - Para fins de determinação da Bonificação por

Resultados - BR, os servidores da Secretaria da Educação serão

remunerados de acordo com o Índice de Cumprimento de Metas

- ICM, na seguinte forma:

I - os servidores que atuam nas unidades escolares receberão

de acordo com o Índice de Cumprimento de Metas – ICM

do nível de ensino da unidade escolar a que estão vinculados;

II - os servidores que atuam nas unidades escolares e não

estão vinculados a um nível de ensino específico receberão de

acordo com o Índice de Cumprimento de Metas - ICM agregado

dessa unidade escolar, calculado através da soma das médias

ponderadas de cada uma das parcelas que compõem os Índices de Cumprimento de Metas - ICM dos níveis de ensino avaliados,

utilizando como peso o número de alunos avaliados;

III - os servidores que atuam nas Diretorias de Ensino

receberão de acordo com a média ponderada dos Índices de

Cumprimento de Metas - ICM das unidades escolares vinculadas

à sua respectiva Diretoria de Ensino, utilizando como peso o

número de alunos avaliados;

IV - Os servidores que atuam na administração central

receberão de acordo com a média ponderada dos Índices de

Cumprimento de Metas - ICM de todas as unidades escolares

da rede estadual de ensino, utilizando como peso o número de

alunos avaliados.

§ 1º - Para os fins do disposto no caput deste artigo, as

unidades de ensino ou administrativas deverão ser submetidas

à avaliação destinada a apurar os indicadores globais, em cada

período.

§ 2º - Os servidores que atuam em níveis de ensino que

não possuem Índice de Cumprimento de Metas - ICM próprio

receberão pelo Índice de Cumprimento de Metas - ICM agregado

da unidade escolar, conforme definido no inciso II deste artigo.

§ 3º - O Índice de Cumprimento de Metas - ICM das unidades

escolares não avaliadas será igual ao indicador:

1. da respectiva Diretoria de Ensino, quando se tratar de

Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos - CEEJAs ou

unidade de ensino sem índice próprio de cumprimento de metas;

2. da unidade vinculadora, quando se tratar de unidades de

ensino multisseriadas e/ou vinculadas.

§ 4º - Para fins do que dispõe o § 2º deste artigo, quando

a inexistência de índice próprio de cumprimento de metas for

decorrente da não adesão dos alunos ao Sistema de Avaliação

de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP, motivada

pela respectiva unidade de ensino, o indicador daquela

unidade será igual a zero.

§ 5º - Para fins do que dispõe o § 2º deste artigo, quando

a inexistência de índice próprio de cumprimento de metas for

decorrente da não adesão dos alunos ao Sistema de Avaliação

de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP, por

motivos a que a respectiva unidade de ensino não deu causa,

o indicador daquela unidade será o da respectiva Diretoria de

Ensino.

Artigo 7º - Os servidores abrangidos pelo disposto no artigo

2º desta resolução serão remunerados de acordo com o mesmo

Índice de Cumprimento de Metas que se aplicar aos servidores

da administração central.

Artigo 8º - O período de avaliação a que se refere o § 1º do

artigo 8º da Lei Complementar 1.078/08, corresponde ao período

de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 9º - A Secretaria da Educação adotará as providências

necessárias para publicar, anualmente, o valor do Índice

de Cumprimento de Metas - ICM das unidades de ensino ou

administrativas, no primeiro quadrimestre do exercício seguinte

ao considerado.

§ 1º - O dirigente de unidade de ensino ou administrativa

que discordar dos valores dos índices a que se refere o caput

deste artigo poderá apresentar recurso dirigido à Coordenadoria

de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional - CIMA,

para manifestação, no prazo não superior a 30 dias da data de

sua publicação.

§ 2º - O recurso a que se refere o § 1º deste artigo deverá ser

instruído com as razões que o originaram, relatórios, planilhas

de cálculo e outros documentos que comprovem as divergências

dos valores publicados em relação aos pleiteados.

§ 3º - A Coordenadoria de Informação, Monitoramento

e Avaliação Educacional - CIMA, a que se refere o § 1º deste

artigo, por meio do Departamento de Avaliação Educacional

- DAVED, deverá se manifestar sobre o recurso no prazo de

10 dias úteis e encaminhá-lo para decisão do Secretário da

Educação, que:

1. acolhendo o recurso, total ou parcialmente, fará publicar

o novo valor do Índice de Cumprimento de Metas - ICM da

unidade recorrente até o último dia útil do mês subsequente ao

da apresentação do recurso a que se refere o § 1º deste artigo;

2. não acolhendo o recurso, informará ao impetrante as

razões da manutenção do valor já publicado.

SEÇÃO II

Do Valor da Bonificação por Resultados - BR

Artigo 10 - O valor da Bonificação por Resultados - BR será

apurado na seguinte forma BR = P x RM x ICM x DEPA.

§ 1º - Os elementos da fórmula a que se refere este artigo

têm os seguintes significados:

1. P: percentual a que se refere o artigo 9º e § 1º da Lei

Complementar 1.078/08, na forma definida em decreto e, quando

for o caso, em resolução conjunta editada pela comissão a

que se refere o artigo 6º da referida lei complementar;

2. RM: Retribuição Mensal do Servidor no Período de

Avaliação, calculada nos termos do inciso V do artigo 4º da Lei

Complementar 1.078/08, e que servirá de base de cálculo para

determinação do valor da Bonificação por Resultados - BR, deverá

ser acumulada dentro do exercício considerado;

3. ICM: Índice de Cumprimento de Metas, valor apurado

para a unidade de ensino ou administrativa em que o servidor

exerça suas atividades;

4. DEPA: Índice de Dias de Efetivo Exercício no Período de

Avaliação, relação percentual estabelecida entre os dias de efetivo

exercício e o total de dias do período de avaliação em que

o servidor deveria ter exercido regularmente suas funções, conforme

estabelecido o artigo 4º da Lei Complementar 1.078/08.

§ 2º - Para fins do disposto no § 1º deste artigo, a Retribuição

Mensal do Servidor no Período de Avaliação - RM de

servidor com opção de retribuição pelo vínculo empregatício

originário, nos termos da legislação vigente, corresponderá à

retribuição do cargo ocupado na Secretaria da Educação.

Artigo 11 - Obedecidas as disposições da Lei Complementar

1.078/08 e desta resolução, o valor da Bonificação por Resultados

- BR será calculado e pago proporcionalmente em relação à

retribuição mensal, aos dias de efetivo exercício e ao Índices de

Cumprimento de Metas - ICM, correspondente a cada situação

funcional, quando se tratar de servidores do Quadro do Magistério

em exercício:

I - em mais de um nível de ensino na mesma unidade;

II - em um ou mais níveis de ensino em unidades diferentes.

Artigo 12 - O valor da Bonificação por Resultados - BR,

calculado e pago proporcionalmente à retribuição mensal, aos

dias de efetivo exercício e ao Índice de Cumprimento de Metas

- ICM, correspondente a cada situação funcional, obedecidas as

disposições da Lei Complementar 1.078/08 e desta resolução,

será pago ao servidor que durante o período de avaliação, na

mesma Secretaria, seja:

1. nomeado em comissão ou designado para responder por

cargo vago ou por função retribuída mediante Pró-labore de

coordenação, direção, chefia e encarregatura;

2. ocupante de cargo ou função-atividade que venha a

exercer outro cargo efetivo ou função-atividade; e

3. removido para outra unidade escolar ou administrativa.

Parágrafo único - Aplicam-se as disposições do caput deste

artigo ao servidor designado para substituição nos termos do

artigo 80 da Lei Complementar 180, de 12-05-1978.

Artigo 13 - O valor dos Índices de Cumprimento de Metas

- ICM obtido na avaliação do exercício considerado, para fins

de cálculo da Bonificação por Resultados - BR, não poderá ser

superior a 1 (um).

Artigo 14 - Se na avaliação do exercício considerado o

Índice de Cumprimento de Metas - ICM for superior a 1 (um),

poderá ser pago um adicional a cada servidor, nos termos do

§ 2º do artigo 9º da Lei Complementar 1.078, de 17-12-2008.

Parágrafo único - O adicional a que se refere o caput

deste artigo será calculado mediante a aplicação do excedente

do valor dos Índices de Cumprimento de Metas - ICM, até o

limite de 20%, sobre a soma das parcelas pagas ou devidas a título de Bonificação por Resultados - BR, relativas ao exercício

considerado.

Artigo 15 - Para os servidores que se encontrem nas

situações previstas no artigo 12 desta resolução, o adicional a

que se refere o artigo antecedente será calculado mediante a

aplicação do excedente do valor do Índice de Cumprimento de

Metas - ICM, proporcionalmente aos dias de efetivo exercício

nas respectivas unidades, sobre as correspondentes parcelas

pagas ou devidas a título de Bonificação por Resultados - BR,

relativas ao exercício considerado.

SEÇÃO III

Do pagamento da Bonificação por Resultados

Artigo 16 - O pagamento da Bonificação por Resultados

- BR do exercício considerado, calculada na forma desta

resolução, será efetuado em parcela única até o final do

mês de abril.

Parágrafo único – No caso de se verificar a necessidade, por

qualquer razão, de correção do cálculo, a que se refere o caput

deste artigo, o pagamento de eventuais diferenças ocorrerá até

o 5º dia útil do mês de novembro de 2019.

SEÇÃO IV

Das Disposições Finais

Artigo 17 - É vedado o pagamento da Bonificação por

Resultados - BR, de que trata esta resolução aos:

I - servidores que percebam vantagens de mesma natureza;

e

II - aposentados e pensionistas.

Artigo 18 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, retroagindo seus efeitos a 1º.1.2018.